



Título da vaga: Consultoria Técnica Jurídica – Projeto “Regulamentação e Implementação da Lei Estadual de Serviços Ambientais do Amazonas”

Departamento: Coordenação de Políticas Públicas e Cooperação Internacional - PPCI

Formato do trabalho: Presencial em Manaus/Amazonas

Tipo de contrato: Contrato individual, consultoria de pessoa jurídica

Período de inscrição: 10 de junho a 17 de junho de 2019

Duração: 9 meses

1. Antecedentes

A Lei de Serviços Ambientais (LSA) foi lançada pelo Governo do Amazonas em dezembro de 2015, e a plataforma de transação de ativos ambientais em novembro de 2016, com o objetivo de conservar áreas florestais do estado e evitar os vetores de desmatamento. As duas iniciativas foram lideradas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (SEMA-AM) e seus parceiros.

Nesse sentido, a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) está executando o projeto “Regulamentação e Implementação da Lei Estadual de Serviços Ambientais do Amazonas”, que tem como resultados esperados: a) ter os principais problemas da Lei de Serviços Ambientais regulados e em implementação; b) obter aprovação do Sistema Estadual de REDD+; c) contribuir para as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) do Brasil, promovendo a redução de emissão de carbono; d) estabelecer uma estratégia de captação de recursos bem-sucedida para o Amazonas; e) melhorar a o incremento da renda de populações do estado do Amazonas.

O projeto é apoiado pelo Edital da “Janela A” do Fundo GCF Taskforce, gerido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no âmbito da Força Tarefa dos Governadores para o Clima e as Florestas (GCF), com vistas a apoiar a criação do Sistema Jurisdicional de REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) do Amazonas. A construção desse sistema visa – de maneira macro - contribuir para atingir as metas de reduções de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) oriundas do desmatamento, conforme pactuado na Declaração de Rio Branco¹ e, ao mesmo tempo, oferecer incentivos econômicos para que as populações tradicionais possam desenvolver atividades econômicas sustentáveis.

Para sua implementação, a análise do arcabouço legal e normativo presente na região se faz necessária para verificação da existência de políticas sobre o meio ambiente, clima, florestas, desenvolvimento, cadeias produtivas, agropecuária e outros; de estruturas organizacionais, governança e gestão estabelecidas, lacunas a serem preenchidas, assim como identificar políticas públicas, programas e projetos de governo alinhados ao objetivo de subsidiar o sistema jurisdicional de REDD+. Além disso, serve como subsídio para a elaboração do marco regulatório para se criar esse sistema.

Com vistas a subsidiar a implementação do projeto no nível técnico jurídico, este Termo de Referência é lançado.

2. Objetivo da consultoria

Apoiar as atividades técnicas jurídicas de implementação do projeto “Regulamentação e Implementação da Lei Estadual de Serviços Ambientais do Amazonas”.

3. Deveres e responsabilidades

- Realizar atividades de suporte e execução do projeto;
- Elaborar relatórios e demais ações para documentação do projeto;

¹ [Declaração de Rio Branco.](#)

- Acompanhar políticas públicas/tendências/legislações normativas internacionais, nacionais e subnacionais relacionadas aos temas do projeto: pagamento de serviços ambientais, REDD+, carbono, salvaguardas, contribuições nacionalmente determinadas;
- Atuar através de *advocacy* com diferentes atores da sociedade;
- Apoiar a organização de agendas pertinentes ao projeto no estado do Amazonas;

4. Requisitos

a. Formação acadêmica

- Formação mínima: Superior Completo.
- Formação em Direito com conhecimento e experiência em direito ambiental, mudança climática (mitigação e adaptação), serviços ambientais (carbono, água, biodiversidade e outros) REDD+, ativos ambientais, mecanismos financeiros, economia dos recursos naturais e/ou gestão ambiental.

b. Experiência

- Experiência em políticas públicas e governança socioambiental;
- Experiência comprovada na elaboração de bases normativas e arranjos financeiros para a implementação de políticas, programas e projetos de REDD+;
- Domínio da legislação ambiental, de clima, REDD+ e serviços ambientais no Brasil e internacionalmente e preferencialmente com experiência de atuação na Amazônia;
- Ter boa rede de relacionamentos e reputação com as agências de governo, organizações não governamentais, agências internacionais, movimentos sociais e outras entidades atuando no Amazonas;
- Excelentes habilidades interpessoais, em especial a capacidade de adaptação a diferentes níveis de educação formal;
- Capacidade de trabalhar em projetos com diversos atores locais, nacionais e internacionais;
- Conhecimento avançado em pacote Office.

c. Idioma

- Fluência em Português (escrito e falado) requerido;
- Fluência em Espanhol e Inglês é uma vantagem.

5. Competências

- Trabalho em equipe;
- Responsabilidade;
- Organização;
- Ética.

6. Estrutura do trabalho

O trabalho será estruturado em período integral de trabalho na cidade de Manaus/Amazonas, e deve haver disponibilidade para realizar eventuais viagens curtas (3-5 dias), para o interior do Amazonas.

7. Materiais e infraestrutura

Os materiais de trabalho serão fornecidos pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS).

8. Deslocamento e hospedagem

9. Os custos de deslocamento, alimentação e hospedagem no campo serão arcados pela FAS, quando houver viagens a trabalho.

10. Outras questões

- Este termo de referência não gera nenhum vínculo empregatício ou obrigações associadas.
- Deverão ser encaminhados pelo correio eletrônico: **rh@fas-amazonas.org** os seguintes documentos: currículo e carta de intenção com pretensão salarial. No título da mensagem de e-mail deve constar: “Seleção: Consultor Técnico Jurídico - projeto LSA”.
- O retorno será dado somente para consultores cujas propostas foram selecionadas para o processo seletivo.
- Início previsto para junho de 2019.